

Características comuns dos grandes modelos econômicos heróicos de caráter dinâmico (Quesnay, Smith, Ricardo, Marx):

1. Visão.
2. Exame dos fatos econômicos e hierarquizá-los.
3. Formulação de conceitos, categorias, métodos de classificação.

Meek, Ronald L. (1967) *Economia e Ideologia*.
Rio de Janeiro: Zahar Editores

Capítulo 6

O Método Econômico de Karl Marx 1

I

A maioria dos grandes modelos econômicos "heróicos" de caráter dinâmico, propostos no curso da história do pensamento econômico — como os de Quesnay, Smith, Ricardo e Marx, por exemplo — apresentam certas importantes características comuns. O construtor do modelo começa usualmente, baseado em análise preliminar dos fatos, adotando o que Schumpeter chama de "visão" do processo econômico. 1. Em outras palavras, orienta-se para algum fator, ou fatores decisivos, que considera de vital importância causal no que interessa à estrutura e desenvolvimento do sistema econômico. Dominando-o a visão, êle passa, em seguida, a examinar mais atentamente os fatos econômicos, tanto os referentes às situações presentes como às passadas que a elas conduziram, escalando-os em ordem de importância. 2. A posição na escala dependerá de certos fatores, como a visão especial adotada pelo construtor do modelo, suas simpatias políticas e sociais, e a extensão em que os fatos demonstram uniformidades e regularidades acessíveis à análise causal em termos de postulação de "leis" e "tendências".

Tomando como ponto de partida os fatos colocados na parte superior da escala, o construtor formula certos conceitos, categorias e métodos de classificação que espera o 3

¹ Partes dêste ensaio baseiam-se em artigo intitulado "Karl Marx's Economics", publicado originariamente em *The New Reasoner*, outono de 1959.

4. Análise teórica: "leis", "tendências", regularidades.
5. Explicação dos fatos econômicos, começando pelos mais importantes (serão) e descendo gradualmente até que as exceções
124 de Forum ECONOMIA MARXISTA excedam.
6. Usar o modelo em previsões concretas.

auxiliem a elaborar uma explicação geral da estrutura e desenvolvimento da sociedade. Nessa parte do trabalho, é obrigado a confiar, até certo ponto, em material conceptual herdado do passado, embora procure também forjar instrumentos analíticos próprios. Os instrumentos que emprega — as ferramentas e técnicas, por assim dizer — não são, por conseguinte, escolhidos arbitrariamente. Dependem muito da natureza da visão do autor, dos fatos básicos que serão chamados a explicar e do método *geral* de análise que decidir adotar. A sua dependência com respeito a tais fatores, contudo, varia de um instrumento para outro. Enquanto alguns podem revelar-se inúteis, ou mesmo perigosos, quando os fatos a analisar, a orientação, objetivo e método geral de análise do construtor diferem radicalmente, outros talvez revelem maior grau de adaptabilidade geral. Alguns podem mostrar-se úteis quando aplicados a outras formas da economia de mercado e outros serem até mesmo "universais" no sentido em que, digamos, são "universais" as técnicas estatísticas.

4/ Munido de tais instrumentos, então, o construtor inicia a análise teórica dos fatos econômicos especiais situados na parte superior da escala. Esforça-se para dar explicação causal das uniformidades e regularidades que nêles observa: confere às explanações o *status* de "leis" ou "tendências" e as enfeixa na primeira aproximação teórica. Em seguida, atira-se à explicação dos fatos incluídos na ordem seguinte da escala de importância, dos quais se abstraíra até então, indaga até que ponto a sua inclusão no quadro exige modificações das leis e tendências da primeira formulação, e chega finalmente à segunda aproximação. Poderá, então, progredir para a terceira, quarta etc., levando gradualmente em conta fatos que colocou em posições crescentemente inferiores na escala. Mas, obviamente, chegará o momento em que não valerá mais a pena descê-la. Na ocasião em que as leis e tendências básicas começam a submergir sob exceções e ressalvas, é usualmente coloca um ponto final na busca. Os fatos em escala mais baixa ainda são simplesmente ignorados.

4/ O trabalho final consiste em usar o modelo em previsões concretas — tarefa esta efetuada principalmente pela extrapolação de leis e tendências no futuro, na suposição expressa, ou implícita, de que os fatos econômicos conti-

nuarão a manter a mesma posição na escala de relevância. O modelo finalmente concluído, por conseguinte, compõe-se não somente de elementos do passado e do presente, mas também do futuro.

A descrição acima do processo é, necessariamente, esquemática, e não se pretende, em absoluto, sugerir que todos os grandes construtores de modelos adotaram *conscientemente* a complicada abordagem metodológica discutida acima. Em essência, não obstante, a maioria adotou o método, estivesse ou não perfeitamente ciente do que fazia. Vale a pena, julgo eu, manter-se em mente o esquema geral ao analisar-se a obra econômica de um pensador como Marx — especialmente se o analisarmos com o objetivo de discutir se, e em que sentido, é a sua obra relevante ainda hoje em dia.

II

A aplicação do esquema ao modelo marxista é mais fácil do que na maioria dos demais grandes modelos, porquanto Marx se mostrou mais consciente dos seus atos do que a maioria dos antecessores. Marx começou orientando-se para o fator causal da relação de produção sócio-econômica entre a classe detentora do capital e a classe dos assalariados. Julgava êle que tal relação ensejava numerosas formas modernas de renda imerecida e a possibilidade de acumulação em grande escala de capital. A acumulação, por seu turno, gerava rápido progresso tecnológico que, atuando em reciprocidade com a relação capital-trabalho, fixava os principais aspectos da estrutura capitalista e as principais linhas de desenvolvimento do sistema.

Temos aí, na verdade, a “visão” marxista do processo econômico capitalista. Com a visão a orientá-lo em todos os instantes, êle efetuou análise exaustiva dos fatos econômicos do passado e do presente. Pareceu-lhe o fato mais relevante a existência, em tôdas as formas de sociedades estruturadas em classes, de uma massa de renda imerecida, que, na sociedade capitalista, assumia principalmente a forma de lucros líquidos sobre o capital, aluguel da terra e juro. Juntamente com êles, o estudo do desenvolvimento capitalista revelou a Marx outros importantes fatos ou tendências de caráter histórico — sobretudo o declínio pro-

1885
a
Marx
desenv
capita
ista

gressivo da taxa de lucro; a crescente subordinação de trabalhadores, outrora independentes, à forma capitalista de organização; a instabilidade sempre maior do sistema; o aumento da mecanização, com mudanças paralelas na estrutura industrial; o surgimento de várias formas de monopólio; a formação de um “exército de reserva de trabalhadores”; e a deterioração geral da situação das classes trabalhadoras. É importante salientar que Marx considerava tais fatos, de modo geral, apenas como simples dados do problema. Uma leitura superficial dos seus *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*² mostra que êle os colocou no cimo da escala de importância muito antes de criar os instrumentos e técnicas detalhados necessários para analisá-los.

A fase seguinte — conceptualmente, se não cronologicamente — consistiu na formulação do método geral de análise, intimamente vinculado à visão do autor sobre o processo econômico. No presente contexto, releva notar três aspectos do método.

Em primeiro lugar, Marx começou, segundo diz Lênin, “a selecionar, em tôdas as relações sociais, as ‘relações de produção’, considerando-as básicas, principais e determinantes de tôdas as demais relações”.³ Em *O Capital*, onde se propôs discutir “uma das formações econômicas da sociedade — o sistema da produção de utilidades”, a análise “limita-se rigorosamente às relações de produção entre os membros da sociedade, sem jamais recorrer a outros fatores que não a elas para explicar o assunto. Marx mostra como se desenvolve a organização de fabricação de mercadorias na economia social, como se transforma em economia capitalista, criando classes antagônicas, a burguesia e o proletariado, como se desenvolve a produtividade do trabalho social e como, por êsse motivo, introduz-se um elemento que se opõe irreconciliavelmente às próprias bases da organização capitalista”.⁴ No contexto da faixa de pro-

² Uma edição em inglês desses manuscritos foi publicada pela Editôra em Línguas Estrangeiras, Moscou, em 1959.

³ V. I. Lênin, *Selected Works* (Londres, 1939), Vol. II, pág. 418.

⁴ *Ibid.*, págs. 420-1. Lênin acrescenta que Marx, “conquanto explicasse a estrutura e o desenvolvimento de determinada formação da sociedade ‘exclusivamente’ em termos de relações de produção... não obstante, sempre e em tôda parte, procurou identificar a estrutura correspondente a essas relações, cobrindo de carne e sangue o esqueleto” (*ibid.*, pág. 421).

blemas abrangidos em *O Capital*, é evidente que se devem considerar as "relações de produção" como incluindo não somente o conjunto específico de relações de subordinação ou cooperação dentro do qual se executa a produção de utilidades em cada fase do desenvolvimento histórico (como, por exemplo, a fase capitalista), mas também a larga relação básica entre os homens, como produtores de mercadorias, que persiste através de todo o período de produção de utilidades.⁵

Em segundo lugar, dentro do arcabouço metodológico delineado acima, e estreitamente ligado a êle, Marx formulou um método de indagação que primava pela idiosincrasia — que talvez se possa chamar de método "lógico-histórico" — e que foi um dos primeiros e mais importantes frutos dos seus velhos estudos hegelianos.⁶ A descrição que dêle nos deu Engels ao noticiar a *Crítica da Economia Política*, de Marx, publicada em 1859, não foi ainda superada e dela podemos extrair o trecho seguinte sem necessidade de desculpa:

Pode-se... fazer a crítica da Economia de duas maneiras: histórica ou lógicamente. Uma vez que na história, da mesma forma que no seu reflexo literário, os fatos em geral se desenvolvem das relações mais simples para as mais complexas, o desenvolvimento histórico da literatura da Economia Política proporcionava um fio orientador natural que a crítica podia seguir. As categorias econômicas em geral apareceriam, por isso mesmo, na mesma seqüência que no desenvolvimento lógico. Essa forma possuía aparentemente a vantagem de maior clareza, porque realmente o que ocorre é o desenvolvimento real, mas na verdade, seguindo-se tal método, com sorte, o assunto se tornaria mais popular. A História amiúde se desenrola aos saltos e em ziguezagues e, por isso mesmo, teria de ser perquirida em tôdas as esferas, disso redundando não somente a inclusão de grande volume de material de escassa importância, mas um número excessivo de interrupções na cadeia dos raciocínios. Além disso, não se poderia escrever a história da Economia sem mencionar a da sociedade burguesa, o que tornaria a tarefa infundável, já que falta todo o trabalho preliminar. O método lógico de tratamento, por conseguinte, afigurava-se o único apropriado. Mas êle, na verdade, nada mais é do que o método histórico, embora desnudado de sua

⁵ A "produção de mercadorias", no sentido marxista, significa aproximadamente a produção para troca ou para algum tipo de mercado de parte de produtores individuais ou grupo de produtores que executam suas atividades mais ou menos sem ligação entre si.

⁶ Cf. adiante, pág. 204.

forma histórica e de casos fortuitos perturbadores. A cadeia de raciocínio terá de iniciar-se com os mesmos fatos com que começa a história. O seu curso ulterior nada mais será que um reflexo do curso histórico, em forma abstrata e teoricamente coerente, um reflexo corrigido é fato, embora corrigido consoante leis fornecidas pelo curso real da própria história, em que se pode considerar cada fator no seu grau mais perfeito de amadurecimento, na sua forma clássica.⁷

Temos aí, portanto, outro importante aspecto do método geral de análise de Marx. Não há dúvida de que o método “lógico-histórico” foi ocasionalmente levado a excessos (por razões que o próprio Marx explicou parcialmente no “Posfácio” da segunda edição alemã de *O Capital*),⁸ mas, nas suas mãos, revelou-se, de modo geral, muito satisfatório, e especialmente, como se verá a seguir, em conexão com a teoria de valor proposta no mesmo livro.

3 Em terceiro lugar, e mais uma vez em estreita ligação com os dois aspectos descritos acima, deparamos a importante idéia de que se desejarmos analisar o capitalismo em função das relações de produção, a melhor maneira de fazê-lo é imaginá-lo impondo-se súbitamente a uma espécie de sociedade pré-capitalista em que não houvesse ainda classes separadas, possuidores de capital ou de terra. Devia-se, em outra palavra, postular a existência de uma sociedade em que, embora a produção de mercadorias e a concorrência livre reinassem mais ou menos supremas, os trabalhadores eram ainda donos de tudo o que produziam. Investigando-se as leis simples que regulariam a produção, troca e distribuição, podia-se imaginar o que ensejaria a súbita implantação do capitalismo. Que modificações introduziria o capitalismo nas leis econômicas, vigentes antes da mudança, e por quê? Se fôsse possível dar respostas adequadas às perguntas, julgava Marx, poder-se-ia, sem muita dificuldade, desvendar a própria essência do sistema capitalista de produção. Ao adotar tal método de abordagem, Marx evidentemente seguia — e desenvolvia mais ainda — uma longa e respeitável tradição estabelecida por Smith e Ricardo. A postulação de uma sociedade pré-capitalista, baseada no que Marx chamava de produção “simples” de mer-

⁷ Engels, *Ludwig Feuerbach*, págs. 98-9.

⁸ *O Capital*, Vol. I, págs. 19-20.

⊕ Assim Marx é lógico-dedutivo, A sociedade de produção pré-capitalista lembra a ^{quase} sociedade natural de Hobbes.

cadorias, não diferia essencialmente em propósito da “antiga e rude” sociedade de Adam Smith, habitada por caçadores de cervos e castores. Em nenhum dos dois casos, a sociedade foi apresentada como descrição exata da realidade histórica senão no sentido mais geral possível. Tampouco se a postulou, como descrição da forma ideal de sociedade, uma espécie de Idade de Ouro passada, que o advento dos perversos capitalistas e latifundiários destruiria impiedosamente. Fazia, evidentemente, parte de um instrumento analítico bem complexo e, na época, extremamente poderoso. Aos meus alunos, digo sempre que ela não foi um *mito*, como querem alguns críticos, mas, principalmente, uma mitologia.

Esta, então, a natureza do método *geral* de análise econômica, no contexto do qual Marx desenvolveu e empregou as demais técnicas e instrumentos. Algumas delas, êle as herdou dos antecessores, como, por exemplo, o conceito de equilíbrio e a classificação especial de classes sociais e classes de renda. Outras, tirou-as do nada, tais como as importantes distinções entre trabalho abstrato e concreto, trabalho e força de trabalho, e capital constante e variável. À medida que prosseguia a análise, surgiram outros conceitos, relações e técnicas — notadamente o conceito da mais-valia, a distinção entre mais-valia relativa e absoluta, as razões representativas da mais-valia, a taxa de lucro, a composição orgânica do capital e as técnicas vinculadas aos seus famosos esquemas de reprodução.

Na medida em que é possível distinguir métodos e instrumentos dos resultados da análise, tais foram alguns dos principais meios usados por Marx para analisar os fatos econômicos colocados na parte superior da escala de importância. Analisou êle as uniformidades e regularidades que julgava discernir nos fatos em função das relações de produção com a ajuda dos métodos e instrumentos discutidos acima e generalizou as explicações causais sob a forma de tendências e leis, modificadas na segunda e subseqüentes aproximações, e, eventualmente, extrapoladas no futuro sob a forma de predições mais ou menos concretas.



III

A mais importante esfera de aplicação do método econômico geral foi, naturalmente, a *teoria de valor*, elaborada em *O Capital*. Na verdade, talvez seja melhor considerar a teoria do valor de Marx como sendo, em essência, uma espécie de expressão generalizada, ou corporificação, de seu método econômico. Na análise do valor, observa Engels, Marx “parte da produção simples de mercadorias, como premissa histórica, chegando finalmente ao capital”. Em outras palavras, começa com a mercadoria “simples” e, em seguida, analisa-lhe a “forma lógica e historicamente secundária” — ou seja, “a mercadoria capitalisticamente modificada”.⁹ A primeira parte da análise do valor, por conseguinte, consiste em um conjunto de afirmações relativas ao modo como as relações de produção influenciam os preços das mercadorias na forma pré-capitalista abstrata de sociedade. A segunda parte compreende outro conjunto de proposições concernentes ao modo como a conexão causal básica entre preços e relações de produção é modificada quando as relações *capitalistas* de produção substituem aquelas apropriadas à produção “simples” de mercadorias — ou, melhor, quando a mercadoria “simples” é “capitalisticamente modificada”. Segundo êle, o processo de modificação ocorre em duas fases logicamente separadas. Na primeira, supõe-se, embora o capital subordine o trabalho em vista das condições técnicas em que o encontra, não modifica imediatamente o sistema de produção em si. Na segunda, a ampliação da concorrência capitalista gera um estado de coisas em que os lucros se tornam proporcionais não ao trabalho investido, mas ao capital, e no qual passa a prevalecer uma taxa mais ou menos uniforme de lucro sobre o capital. Dêsse modo, pode-se considerar corretamente a teoria de valor de Marx sob três títulos, a saber, Sociedade Pré-Capitalista, Capitalismo Primitivo e Capitalismo Amadurecido.¹⁰ A

⁹ *O Capital*, Vol. III, pág. 14.

¹⁰ Talvez seja apropriada aqui uma palavra de cautela a fim de evitar possíveis críticas envolvendo a falácia da fatalidade mal colocada. As três formas de sociedade mencionadas aqui representam necessariamente formas reais identificáveis historicamente: constituem simplesmente réplicas “históricas” das três principais fases na análise lógica marxista do problema do valor. Na opinião de Marx, vale lembrar, o curso da análise lógica é uma imagem *corrigida* do curso real da história.

cada uma das formas corresponderiam certas categorias econômicas básicas e certos problemas lógicos fundamentais. A tarefa da análise do valor, como Marx a concebia, consistia em solucionar os problemas básicos em termos das relações de produção apropriadas à fase “histórica” particular sob exame.

No Volume 1 de *O Capital*, por conseguinte, Marx parte “da primeira e mais simples relação com que histórica e fatualmente deparamos”¹¹ — as vastas relações sócio-econômicas entre os homens como produtores de mercadorias. Na medida em que a vida econômica se baseia na produção e intercâmbio de mercadorias, os homens se relacionam entre si como produtores de utilidades destinadas a consumo recíproco: trabalham em proveito mútuo, incorporando cada um trabalho a mercadorias destinadas à troca em algum tipo de mercado. Historicamente, a “relação mercantil” alcançou o apogeu sob o capitalismo, embora tenha existido, em maior ou menor grau, em quase tôdas as formas anteriores de sociedade. Se quisermos compreender a essência de uma sociedade em que a relação em causa foi “capitalisticamente modificada”, um dos procedimentos possíveis consistirá em começar postulando uma sociedade abstrata pré-capitalista, na qual a relação seja suprema, mas não existem ainda classes separadas de detentores de capitais e terras. Analisada a relação, como tal, no contexto da sociedade pré-capitalista, pode-se perguntar o que ocorre quando se implantam as relações capitalistas de produção.

O ponto de partida lógico de Marx em *O Capital*, então, é a relação de produção, como tal, e o histórico, a sociedade abstrata pré-capitalista. Nela, atribui-se grande importância ao fato de que as mercadorias adquirem a capacidade de atrair outras em troca — isto é, passam a possuir valôres de troca, ou preços. O problema lógico básico a solucionar aqui consiste simplesmente em determinar os preços. Na opinião de Marx, não se podia considerar adequada a solução não-formulada em função do apropriado conjunto de relações da produção. Além disso, tampouco considerava êle adequada a solução que não incluísse, por assim dizer, duas dimensões — a qualitativa e a quantitativa. A primeira diz respeito à questão seguinte: Por que têm preços as merca-

¹¹ Engels, *Ludwig Feuerbach*, pág. 99.

dorias? A segunda: Por que as mercadorias têm tais ou quais preços? É de considerável importância a distinção entre os aspectos qualitativo e quantitativo na análise de valor de Marx, se não por outro motivo, porque reaparecem na segunda e terceira fases da indagação.

São por demais simples, no contexto da sociedade pré-capitalista, as respostas às questões qualitativa e quantitativa. A qualidade de valor de troca é conferida às mercadorias precisamente porque elas são mercadorias — isto é, porque existe uma relação mercantil entre seus produtores. As relações de preços entre as mercadorias, que se manifestam na esfera da troca, são essencialmente reflexos das relações sócio-econômicas entre os homens como produtores de mercadorias. E da mesma forma que é indubitável que os homens trabalham em proveito recíproco de um modo especial, responsável pela *existência* dos preços, assim, na opinião de Marx, é o volume de trabalho realizado em proveito mútuo o fator responsável pelos *níveis relativos* dos preços das mercadorias. O volume de trabalho empregado em cada mercadoria, argumentava Marx, determina (na sociedade pré-capitalista) o *volume* do valor de troca que cada uma possui em relação às demais. Em outras palavras, na sociedade baseada na produção simples, os preços de equilíbrio das mercadorias tendem a ser proporcionais à quantidade de esforço normalmente despendido para produzi-las. Trata-se, naturalmente, de proposição muito conhecida, respigada por Marx nos trabalhos de Smith e Ricardo, e *dado o grupo especial de suposições sobre as quais se baseia*, quase axiomática. É justamente essa a proposição usualmente abstraída da análise de Marx e rotulada de “teoria trabalhista do valor” — procedimento êste, por certo, inteiramente ilegítimo e responsável por conseqüências as mais lamentáveis.

Tendo, destarte, proclamado no próprio início o enfoque geral com que pretende unificar a História econômica, a Sociologia e a Economia em uma espécie de *ménage à trois*, Marx passa à fase lógica seguinte, a da análise. A contrapartida “histórica” dessa fase é a sociedade, baseada na produção de mercadorias, recém-ocupada pelos capitalistas. O trabalhador, outrora “independente”, é obrigado a compartilhar agora o produto de seu trabalho com uma

nova classe social — os possuidores de capital.¹² Mas nada se supõe que ocorra nessa fase de especial. Pensa-se apenas que o capital subordinará o trabalho em vista das condições técnicas em que o encontra, sem modificar imediatamente o sistema de produção.¹³ Imagina-se também que as mercadorias continuarão, durante certo tempo, a ser vendidas “aos seus valores” no sentido marxista — isto é, aos preços de equilíbrio proporcionais ao volume de trabalho empregado na sua produção. Nessa sociedade, a diferença crucial traduz-se no aparecimento de uma nova classe de renda, isto é, o lucro sôbre o capital. O problema de Marx era explicar a origem e persistência dessa forma de renda em condições em que predomina a concorrência livre, e a mercadoria final e o trabalho que a produziu são comprados e vendidos nos mercados a preços que refletem seus “valores” marxistas. Marx dimensionou cuidadosamente o problema de modo a excluir explicações em função de outro fator que não as relações de produção apropriada à fase.

Qualitativamente falando, a solução marxista do problema é muito clara. O aspecto básico da situação é o aparecimento de uma classe social, que obtém monopólio de um dos fatores de produção, o capital; o reverso da medalha é ter o trabalho se transformado em mercadoria comprada e vendida no mercado, como qualquer outra. A existência do monopólio implica o poder dos capitalistas de “compelir a classe obreira a realizar mais trabalho do que é necessário à sua magra existência”.¹⁴ O extra, ou excedente de trabalho, constitui, com efeito, o lucro dos capitalistas — ou, como Marx o chama nessa fase, a mais-valia. Marx, porém, não se contentou com uma explicação vazada exclusivamente em termos qualitativos: considerava necessário

¹² Nesta fase, abstrai-se a existência de uma classe separada de proprietários de terra — fato êste que lança mais luz ainda sôbre a concepção de Marx de uma relação entre o lógico e o histórico na análise. A relação terra-trabalho seria historicamente anterior à relação capital-trabalho. Mas, *sob o capitalismo*, a segunda seria a principal, passando a outra a ser secundária. Uma vez que a análise em geral se orienta para o capitalismo, a análise lógica deve, na opinião de Marx, partir da relação capital-trabalho para a relação terra-trabalho, e não vice-versa.

¹³ Cf. *O Capital*, Vol. I, págs. 184 e 310.

¹⁴ *O Capital*, Vol. I, pág. 309.

derivar também uma explicação *quantitativa* da relação sócio-econômica básica entre capitalistas e assalariados.¹⁵ Aplicou, por conseguinte, a “lei do valor” ao trabalho-mercadoria — ou, melhor, à fôrça de trabalho — definido como o volume de esforço necessário para produzir salários-mercadorias que sustentariam os trabalhadores ao nível de mera subsistência. Pode-se considerar, então, a mais-valia recebida pelo capitalista isolado como determinada e aferida pela diferença entre o número de horas que os obreiros cumprem e o número de horas do trabalho de outros obreiros, corporificado nas mercadorias-trabalho, que o capitalista é, de fato, compelido a pagar aos empregados. Essa “lei”, observa Marx no Volume I, estabelece que os lucros são proporcionais ao volume de trabalho empregado e não às quantidades de capitais investidos e, destarte, “contradiz claramente tôda a experiência conhecida”.¹⁶ A solução dessa “contradição visível”, no entanto, êle a reserva para uma etapa posterior da análise lógico-histórica.

A etapa em causa é desenvolvida no Volume III, onde se estudam as mercadorias e as relações de valor, “capitalisticamente modificadas”, no seu sentido mais amplo. Nesse caso, o ponto de partida “histórico” é um sistema plenamente desenvolvido no qual o aumento da concorrência entre os capitalistas torna os lucros não proporcionais à mão-de-obra empregada, mas ao capital investido, e onde prevalece uma taxa de lucro mais ou menos uniforme sôbre o capital. Nessa nova situação, em que, segundo Marx, “a mais-valia é transformada em lucro”, vê-se facilmente que os preços de equilíbrio aos quais as mercadorias normalmente tendem a ser vendidas devem divergir substancialmente dos “valôres” discutidos no Volume I: evidentemente elas poderiam continuar a ser vendidas a tais “valôres” sòmente enquanto o elemento de lucro dos preços permanecesse proporcional ao volume de trabalho empregado.¹⁷ Mas logo que as mercadorias são vendidas, não aos “valôres” dis-

¹⁵ Ou, ao contrário, partir da ampla relação entre os homens como produtores de mercadorias, *da forma modificada* pela implantação da relação de classe entre capitalistas e assalariados.

¹⁶ *O Capital*, Vol. I, pág. 307.

¹⁷ Contanto, naturalmente, que aquilo que Marx chamava de “composição orgânica do capital” variasse de indústria para indústria — o que realmente ocorre no capitalismo desenvolvido.

cutidos no Volume I, mas ao “custo de produção” marshalliano (ou “preços de produção”, como os chama Marx), equaciona-se novo problema lógico a reclamar solução — o da formação dos novos preços. Em especial, é preciso explicar se os “preços de produção”, da forma interpretada no Volume III, podem explicar-se em termos das relações de produção consideradas decisivas no Volume I (convenientemente modificadas, por certo, de modo a refletir a transição para a nova fase histórica) ou se Adam Smith estava certo ao julgar que se impunha uma explicação totalmente nova dos preços no capitalismo avançado.

Qualitativamente falando, Marx respondeu que a relação mercantil “capitalisticamente modificada” se revestia ainda de importância básica na formação dos preços mesmo na fase final, quando os preços de equilíbrio reais por certo divergiam consideravelmente dos “valôres” mencionados no Volume I. Nas sociedades produtoras de mercadorias, do moderno tipo capitalista, a relação de produção trabalho-capital determina ainda a distribuição da renda nacional entre salários e lucros — isto é, fixa o volume total dos lucros disponíveis, em toda a economia, para distribuição entre capitalistas individuais. À medida que o capitalismo se desenvolve, ocorrem, por certo, modificações no modo de distribuição do lucro entre indústrias e empresas, embora elas sejam lógica e historicamente secundárias. A relação sócio-econômica de produção entre trabalhadores e capitalistas, determinando, como fazia, a proporção da renda nacional disponível para distribuição sob forma de lucros, era ainda, em sentido muito significativo, a principal relação determinante. Levando-se em conta o volume total do lucro e o volume de capital empregado na produção de cada mercadoria, automaticamente determinava-se o componente do lucro no preço de cada utilidade e, por conseguinte, o “preço de produção”.

Uma vez mais, porém, Marx não se satisfaz com uma proposição meramente qualitativa de tal ordem: julgou necessário traduzir, em termos quantitativos, as relações sócio-econômicas envolvidas. Disso resultou a famosa e muito criticada afirmação de que, sob o capitalismo subdesenvolvido, “a soma dos preços de produção de todas as mercadorias produzidas na sociedade... é igual à soma de seus

valôres”,¹⁸ juntamente com as igualmente famosas ilustrações em apoio dessa proposição. As declarações e ilustrações realmente importavam na afirmação de que, sob o capitalismo subdesenvolvido, havia ainda importante relação funcional entre o trabalho incluído na mercadoria e os preços de equilíbrio individuais, que se poderia explicar na forma simbólica seguinte:

$$\text{Preço da mercadoria} = c + v + \frac{c + v}{\Sigma(c + v)} (\Sigma s)$$

Na fórmula acima, c é o valor da maquinaria e matérias-primas totalmente usadas; v , o valor da força de trabalho; s a mais-valia; $\Sigma(c + v)$ o volume total de capital investido em toda a economia; e Σs o volume total da mais-valia produzida em toda a economia. A fórmula expressa a idéia de que o componente do lucro no preço da mercadoria isolada representa parcela proporcional da mais-valia produzida em toda a economia. A proporção é determinada pela razão entre o capital total empregado na empresa e o volume total do capital investido em toda a economia. Uma vez que todos os itens situados no segundo termo da fórmula podem ser expressos em função das quantidades de trabalho corporificadas na mercadoria, pode-se plausivelmente sustentar existir ainda uma relação de causa e efeito, por mais indireta e cheia de rodeios, entre os “valôres” mencionados no Volume I e os “preços de produção” citados no Volume III — isto é, entre as relações sócio-econômicas da produção e os preços aos quais as mercadorias costumam ser vendidas no regime de capitalismo subdesenvolvido.

A relação de causa e efeito é, evidentemente, muito complexa, especialmente quando nos lembramos que, para simplificar o assunto, abstraímos deliberadamente as complicações ocasionadas pela existência de diferentes períodos de produção dos dois elementos do capital, e também os difíceis pontos ligados ao chamado “problema da transformação”.¹⁹ É compreensível que a fórmula acima não tenha aparecido com muita freqüência nos escritos marxistas po-

¹⁸ *O Capital*, Vol. III, pág. 157. Cf. adiante, págs. 192 e seguintes.

¹⁹ Ver, adiante, págs. 187 e seguintes.

pulares: por certo, nenhuma revolução teria êxito se a fórmula fôsse inscrita em bandeiras vermelhas. Muito mais conveniente para tal fim era a conhecida proposição formulada na primeira etapa de desenvolvimento da teoria marxista de valor, no Volume I de *O Capital*. Mas, é preciso frisar bem, não podemos corretamente considerar nenhuma das análises contidas nos Volumes I e III, tomadas isoladamente, como constituindo a teoria do valor. A teoria, da forma concebida por Marx, é um sutil e complexo composto das análises contidas nos Volumes I e III, e jamais a entenderemos se nos satisfizemos com algo menos.

Se é correta a interpretação acima, segue-se que será totalmente mal concebida qualquer crítica baseada na suposição de que a teoria constitui simplificação excessiva, crua e primitiva. A única crítica válida que contra ela se pode mover, penso eu, é do tipo exatamente oposto — que, no que nos interessa hoje, é desnecessariamente complexa e refinada. Lembro, em especial, dois aspectos dela. Em primeiro lugar, o modo extraordinário como aproveita e unifica certas idéias básicas da Sociologia, História Econômica, Economia e (até certo ponto) Filosofia. Nas mãos de Marx, não se trata simplesmente de uma teoria destinada a explicar a formação dos preços: é também uma espécie de manifesto metodológico, corporificando as opiniões do autor sobre a maneira geral como se deve estudar Economia e reclamando a restauração da união básica entre as diferentes Ciências Sociais. Na época de Marx, havia dois argumentos em favor da adoção desse método, em vista de certos pontos de vista em curso na esfera da Economia. Realmente, era de vital importância reafirmar a unidade básica entre a Economia e as demais Ciências Sociais (especialmente a Sociologia), estabelecida por Adam Smith, que os economistas “vulgares”, adeptos de Ricardo, tanto fizeram para destruir. A teoria do valor, além disso, fôra tradicionalmente considerada como veículo apropriado para exposição de recomendações metodológicas desse tipo. Atualmente, por certo, é tão importante como nunca insistir na cooperação interdisciplinar nas Ciências Sociais. Mas não acredito seja praticável aquêle alto grau de integração julgado possível por Smith e Marx. Tampouco estou convencido de que a teoria de valor seja ainda o meio próprio para a corporificação de uma metodologia integracionista.

O papel da teoria (no sentido tradicional de teoria da formação dos preços) no corpo geral da análise econômica é hoje muito mais modesto do que na época de Marx, não mais havendo qualquer razão irresistível para que o teórico desejoso de incluir Sociologia ou História Econômica num sistema se sinta obrigado a começar pela reforma da teoria.

Se êle, no entanto, *realmente* decidir começar assim e incluir a Sociologia no sistema mediante demonstração da existência de uma relação qualitativa e quantitativa, de caráter causal, entre relações da produção e preços relativos, deveria êle por acaso forjar o elo quantitativo da mesma maneira que Marx? Êste é o segundo aspecto que eu tinha em mente quando disse acima que a teoria de Marx me parecia demasiado complexa e refinada para os dias atuais. Recentemente, Joan Robinson sugeriu²⁰ que Marx cometeu uma “aberração” ao vincular o problema dos preços relativos ao da espoliação. Pessoalmente, não estou convencido de que tenha sido realmente uma “aberração”: como acabei de dizer, havia boas razões, em vista das opiniões que Marx era obrigado a refutar, para a adoção desse método especial de ligação. Hoje, contudo, julgo que o método marxista de estabelecer um vínculo quantitativo entre a Economia e a Sociologia contribui para obscurecer a importância da inclusão da Sociologia, e não para revelá-la. Indubitavelmente, gerações de eruditos marxistas julgaram, de qualquer modo, que haviam provado algo importante sobre o mundo real quando demonstraram que, em certo e moderado sentido matemático significativo, “a soma dos preços” é igual à “soma dos valores”. Não estou convencido de que a tese seja, até certo ponto, uma ilusão. Em meus estados de espírito mais heréticos, eu me pergunto às vezes se grande parte da importância real seria perdida no sistema marxista se o aspecto quantitativo da análise de preços relativos fôsse conduzida em função de algo como a aparelhagem tradicional da oferta e da procura — *contanto* que as relações sócio-econômicas destacadas por Marx fôsem reconhecidas sem reserva como causa básica da exis-

²⁰ J. Robinson, *Collected Economic Papers* (Oxford, 1965), Vol. III, pág. 176.

²¹ Minha própria versão desse *genero* é reproduzida adiante, págs. 187 e seguintes.

tência de preços, cujo nível se mostrou que varia com as variações da oferta e da procura, e *contanto ainda* que tais fatores sociológicos marxistas, nos casos relevantes, fôssem também claramente postulados como subjacentes às próprias escalas de oferta e procura.²²

IV

A teoria do valor de Marx, conforme vimos acima, é uma complicada peça de análise, repleta de profundas implicações metodológicas, descritiva, em termos gerais, do processo mediante o qual a relação de causa e efeito entre relações de produção e preços relativos é gradualmente modificada da produção “simples” de mercadorias para a produção capitalista. No que interessava à teoria, a única mudança *dentro do capitalismo* que Marx precisava levar em conta era o surgimento da taxa média, ou normal, de lucro, em conseqüência do aumento da concorrência entre os capitalistas. Mas, logo que Marx se lançou à tarefa de elucidar as “leis de desenvolvimento”, contudo, foram, é claro, justamente as transformações que ocorriam no capitalismo, como sistema, que assumiram importância decisiva. Nesse aspecto, Marx deu considerável ênfase às mudanças *tecnológicas* ligadas ao desenvolvimento do capitalismo, especialmente na chamada fase da “indústria moderna”. A “indústria moderna”, escreveu êle, “jamais considera e trata a forma existente de um processo como final. A base técnica da indústria é, por conseguinte, revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção são essencialmente conservadores”.²³ A diferença realmente significativa entre

²² Em numerosos casos, naturalmente, os postulados marxistas teriam de *substituir* os comumente empregados hoje. Ao analisar as forças subjacentes à curva de demanda, por exemplo, o marxista dificilmente poderia basear sua análise na suposição de que o consumidor agiu (de modo mais ou menos sofisticado) para maximizar a renda líquida ou a utilidade obtida com as compras.

²³ *O Capital*, Vol. I, pág. 486. Em nota a êsse trecho, Marx cita uma conhecida passagem do *Manifesto Comunista*: “A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos da produção e, por conseguinte, as relações de produção, e tôdas as relações sociais. A conservação, em forma inalterada, dos velhos modos de produção foi, ao contrário, a primeira condição da existência de tôdas as anteriores classes industriais. As constantes revoluções na

as “leis de desenvolvimento” formuladas por Smith e Ricardo e as expostas por Marx é que, no caso deste último, a mudança tecnológica se torna fator crucial determinante. E foi realmente em função da interação mútua entre a mudança tecnológica e as transformações nas relações de produção que Marx se esforçou para explicar as “tendências inatas” do sistema capitalista. A curto prazo, argumentava Marx, “a revolução constante na produção” ligada à mudança tecnológica, ocorrendo como ocorre dentro de um arcabouço social que ininterruptamente a limita e restringe, será acompanhada por “súbitas paralisações do trabalho e crises nos processos de produção”.²⁴ A longo prazo, a interação mútua entre mudança tecnológica e relações de produção produziria outras conseqüências igualmente desagradáveis. A fim de demonstrar o método geral de análise usado por Marx nessa parte da indagação, consideremos, em primeiro lugar, a lei da taxa decrescente dos lucros e, em segundo, a chamada “lei da miséria crescente”.

Podemos, talvez, explicar melhor as suposições básicas subjacentes a tais leis com a ajuda das três razões fundamentais de que falava Marx, a saber:

$$\frac{c}{v} = \text{composição orgânica do capital}$$

$$\frac{s}{v} = \text{taxa de mais-valia}$$

$$\frac{s}{c + v} = \text{taxa de lucro}$$

À medida que se desenvolve o capitalismo, c/v , consoante a explicação marxista, tende a elevar-se em conseqüência da mudança tecnológica, que o autor supunha que normalmente assumiria forma predominantemente economizadora de trabalho. A elevação de c/v está ligada ao aumen-

produção, a perturbação ininterrupta de tôdas as condições sociais, a eterna incerteza e agitação, distinguem a época burguesa de tôdas as demais.”

²⁴ *O Capital*, Vol. III, pág. 244.

to da produtividade (*inter alia*) das indústrias produtivas que, por seu turno, induzirá a tendência de s/v a elevar-se. A interação mútua entre mudança tecnológica e relações de produção, em termos da qual Marx explicava o processo de desenvolvimento, atuava sobretudo através das transformações que produziria nessas duas razões decisivas e nas suas relações mútuas.

Consoante Marx, as mudanças nas razões ensejarão uma tendência a longo prazo para o declínio da taxa de lucro sôbre o capital. Como se pode ver da equação seguinte ²⁵

$$\frac{s}{c + v} = \frac{\frac{s}{v}}{1 + \frac{c}{v}}$$

a taxa de lucro tenderá a elevar-se se s/v subir e a cair se c/v se elevar. Ora, ambas as razões, segundo as suposições de Marx, elevar-se-ão indubitavelmente à medida que o capitalismo se desenvolver, de modo que o efeito líquido sôbre a taxa de lucro se afigura, à primeira vista, indeterminado. Por motivos que serão explicados em outro capítulo neste mesmo volume, ²⁶ contudo, Marx acreditava que o efeito da elevação de c/v sôbre a taxa de lucro superaria finalmente a elevação de s/v , de modo que a taxa de lucro tenderia realmente a cair ao longo do tempo. Em outras palavras, o desenvolvimento do capitalismo tenderia, por si mesmo, para debilitar a própria mola propulsora do sistema — como Smith e Ricardo, embora por razões muito diferentes, haviam sustentado.

As mudanças nas duas razões, argumentava Marx, contribuiriam também para a deflagração de importante processo histórico, chamado de “miséria crescente”, “empobrecimento” ou “polarização social”. A elevação de c/v implicaria a substituição da mão-de-obra pela maquinaria,

²⁵ Cf. adiante, pág. 168.

²⁶ Ver adiante págs. 173 e seguintes.

engrossaria a massa de desempregados e exerceria forte pressão deprimente sôbre o nível dos salários reais. O efeito da pressão, juntamente com o exercido por artesãos e camponeses outrora independentes que o capitalismo lançaria no mercado de trabalho, seria de tal monta que os salários reais *per capita* sômente se elevariam, se isso viesse a acontecer, de maneira muito lenta e quase imperceptível. A elevação de *s/v* significaria, por definição, o aumento da parcela da renda nacional destinada aos capitalistas e a diminuição da que cabia aos trabalhadores, de modo que mesmo que os salários reais subissem absolutamente êles ainda sofreriam *relativamente* em comparação com a renda dos capitalistas. A polarização social resultante dêsses processos seria acentuada pelo desenvolvimento do monopólio da posse do capital, acentuando ainda os efeitos empobrecedores a crescente degradação dos trabalhadores nas fábricas, onde se tornariam menos apêndices das máquinas.

Evidentemente, a análise das “leis de desenvolvimento” foi muito mais sofisticada e muito menos esquemática do que sugerimos neste sumário.²⁷ Marx, segundo penso, realmente acreditava que as “leis” e “tendências” (bem como outras, como a “lei” da crescente gravidade dos ciclos econômicos) se revelariam, a despeito de várias ressalvas, modificações e “influências contraditórias” que cuidadosamente lembrou de encartar na tese, concretamente na realidade econômica à medida que se desenvolvesse o capitalismo. Se jamais surgissem, por que motivo deveriam os expropriadores ser expropriados?

Ora, é incontestável que a maioria das “leis de desenvolvimento” do capitalismo *não* se revelou concretamente na realidade econômica, pelo menos durante o último quarto de século ou, de qualquer modo, nos países capitalistas avançados. A taxa de lucro no sentido marxista, tanto quanto podemos deduzir dos inadequados dados disponíveis, não tende a cair; sômente algumas das previsões incluídas na doutrina da “miséria crescente” — e, provàvelmente, não as mais importantes — concretizaram-se; as crises econômicas do tipo clássico, muito longe de se agravarem, como de fato parecia ocorrer na década de 1930, desapareceram

²⁷ O leitor encontrará uma versão mais detalhada nos dois ensaios seguintes.

virtualmente. Por certo, não há como “censurar” Marx por isso, como não se poderia “censurar” Ricardo pelos fracassos ainda mais clamorosos da maioria das suas profecias. Na época de Marx, as tendências por êle descritas e analisadas efetivamente se desenharam sôbre a superfície da realidade econômica — ou, pelo menos, havia um consenso geral de que surgiram durante considerável espaço de tempo. Marx nada mais fêz que extrapolar tendências no futuro, na suposição implícita de que os fatos econômicos relevantes continuariam a ser mais ou menos os mesmos e a manter suas posições relativas na escala de importância. Não o podemos criticar, por conseguinte, se as tendências analisadas foram compensadas pelo aparecimento de vários fatores novos que êle, em hipótese alguma, poderia ter previsto. Dizer isso, no entanto, não significa solucionar o problema do que hoje resta de Economia Política marxista em consequência do surgimento de novos fatores.

É evidente que não se podem empregar mais as “leis de desenvolvimento” como guia do que realmente acontecerá à medida que o capitalismo se desenvolver ainda mais. Não significa isso, no entanto, que não sejam ainda úteis, mesmo na forma atual, para outros e mais modestos fins. Serão valiosos ainda, por exemplo, para auxiliar-nos a compreender o desenvolvimento do capitalismo até a época de Marx. E também no tocante a países menos avançados, como roteiro para a situação que nêles prevalece. E até mesmo nos países mais avançados, como sugiro no capítulo seguinte,²⁸ serão talvez valiosas como uma espécie de sombria advertência do que poderá ocorrer caso se permita que diminuam o desenvolvimento da legislação social e a atividade sindical. Trata-se, no entanto, de empregos extremamente limitados em comparação com os imaginados por Marx à época em que construía o modelo. Em termos gerais, e sujeito a certo número de ressalvas, discutidas abaixo, pode-se dizer, sem medo de errar, que o que realmente sobra da Economia Política marxista é um conjunto de métodos gerais e instrumentos de análise, utilizados no estudo dos fatos da época.

²⁸ Adiante, pág. 163.

V

O método mais eficaz para demonstrar a validade e utilidade dos métodos e instrumentos seria, naturalmente, empregá-los na construção de um modelo inteiramente nôvo de desenvolvimento capitalista, no qual as tais "leis de desenvolvimento" refletissem tendências efetivamente reveladas sobre a superfície da realidade.²⁹ Na impossibilidade de construção e experimentação de um modelo marxista desse tipo, contudo, nada mais poderíamos fazer senão tentar introduzir certas idéias marxistas básicas na teoria econômica ortodoxa, especialmente as partes que parecem falhas devido à omissão dos fatores sociológicos salientados por Marx. É verdade que, em anos recentes, algo parecido vem ocorrendo em grande escala. Estamos presenciando na teoria econômica, como diz Joan Robinson, "o mesmo tipo de infiltração de idéias marxistas já ocorrida na História".³⁰ Algumas vezes, a infiltração é feita conscientemente, como no caso de Kalecki, Lange, Sraffa e da própria Joan Robinson. Mais amiúde é inconsciente, como no caso do modelo de crescimento de Harrod e do *Information and Investment*, de Richardson. É natural que a redescoberta recente da importância de certos problemas tipicamente marxistas se tenha feito acompanhar da redescoberta de certos métodos e técnicas também tipicamente marxistas. Mas resta ainda bastante espaço para uma útil infiltração ulterior.

Tomemos, por exemplo, a teoria do monopólio. É inegável que a análise geral do valor e da distribuição foi elaborada principalmente com referência a um mundo de concorrência mais ou menos livre. A discussão da inter-relação entre o desenvolvimento dos monopólios, por um lado, e da instabilidade econômica, por outro, foi perspicaz e de altas conseqüências. Previu com notável exatidão alguns dos aspectos básicos do nosso moderno mundo monopolista. Desse modo, partindo do que conhecemos de sua visão e método geral de análise, é fácil imaginar o canal de acesso que êle provavelmente teria escolhido no exame das tendências contemporâneas. Em primeiro lugar, provã-

²⁹ Cf. adiante, págs. 165-66.

³⁰ *Collected Economic Papers*, Vol. III, pág. 149.

velmente teria frisado que não se deve considerar isoladamente os monopólios existentes nos vários países, mas no contexto de uma nova etapa monopolista no desenvolvimento do capitalismo — etapa essa em que o monopólio se ligou intimamente ao imperialismo e às novas funções do Estado, e onde as inter-relações entre monopólio, acumulação e instabilidade assumiram, até certo ponto, novas formas. Em segundo lugar, êle provavelmente teria insistido em que o fenômeno dos preços monopolistas deveria ser estudado em íntima ligação com as principais características da nova etapa de desenvolvimento; que seria mais proveitoso dirigir a atenção para a análise dos efeitos dos monopólios sôbre os preços de grandes *grupos* de mercadorias e serviços (salário-mercadorias e fôrça de trabalho, por exemplo) do que seus efeitos sôbre o preço de mercadorias isoladas em mercados isolados; e que se devia dar prioridade à análise das *principais* formas de monopólio, isto é, ao oligopólio. Êle, quase com certeza, criticaria a tendência de muitos teóricos do monopólio de colocar a principal ênfase na *semelhança* qualitativa entre a “posição monopolista” do pequeno vendedor de cigarros na esquina e a posição monopolista de uma emprêsa como a Imperial Chemical Industries. O método, talvez dissesse êle, que começa realmente postulando que todos os homens são monopolistas provavelmente desestimulará os economistas a estabelecer a distinção, vitalmente necessária, entre monopolistas poderosos e fracos. Infiltração dêsse quilate na teoria ortodoxa do monopólio, penso eu, provavelmente aumentaria muito seu realismo e importância.

Pode-se dizer o mesmo sôbre a infiltração da atitude marxista na teoria salarial. Nesse caso, é inegável que a teoria tem a seu crédito certas realizações importantes, especialmente na análise dos níveis salariais a curto prazo em indústrias isoladas, sob condições monopolistas de vários tipos. E é também incontestável que as leis gerais formuladas por Marx concernentes às tendências a longo prazo foram invalidadas pela inesperada concorrência e aumento da intensidade de certas “influências contraditórias”. Isso não implica dizer, porém, que alguns dos principais fatores em que se baseou a teoria salarial de Marx não estejam mais em operação no mundo moderno. Em particular, qualquer teoria sôbre as tendências a longo prazo de salários

que deixe de colocar ênfase sôbre a acumulação de capital, mudança tecnológica e problemas do mercado, que ela acarreta, provàvelmente será de pouco interêsse e relevância.³¹ Em importante sentido, é ainda inegável que, no mundo moderno, o “excedente populacional relativo é... o eixo em tórno do qual gira a lei de oferta e procura da mão-de-obra”.³² E não se deve esquecer que as “influências antagônicas” mencionadas acima não conseguiram ainda eliminar a instabilidade econômica ou impedir o desenvolvimento dos monopólios, ambos os quais poderão influenciar seriamente os níveis salariais. Mais uma vez, parece haver clara vantagem em pôr na base as relações de produção, como sempre fez Marx.

Finalizando, cabe uma breve menção a uma das mais importantes partes do sistema: a teoria do lucro. Evidentemente, nada se perderia nesse campo, e muito poderia ser ganho, com uma tentativa de explicar a origem e persistência dos lucros líquidos em função, e não como abstração, da existência de um monopólio de classe no capitalismo. E, por certo, a teoria da taxa decrescente de lucro, a despeito do fracasso da previsão que Marx baseou nelas, talvez possa oferecer algo aos teóricos modernos interessados no problema das mudanças seculares na taxa. Qualquer que seja nossa opinião a seu respeito, ela pelo menos faz a interessante sugestão de que as mudanças nas taxas talvez não dependam apenas dos fatores tecnológicos, mas da interação deles com fatores sociológicos.³³

O que vimos tentando dizer aqui, em têrmos gerais, é apenas que numerosos economistas ocidentais precisam ainda aprender com Marx uma lição fundamental — que a análise das categorias econômicas deve ser conduzida, tanto quanto possível, em função, e não como abstração, das “relações de produção” no sentido marxista. Os aspectos realmente originais e essenciais do modelo econômico marxista são a visão e o método geral de análise empregado. Todo o mundo fala hoje hipòcritamente da necessidade de trazer a Sociologia de volta à Economia, mas, por algum motivo, ninguém consegue fazer isso, especialmente em esferas de-

³¹ Cf. Rogin, *The Meaning and Validity of Economic Theory* (Nova York, 1956), págs. 407-8. Ver também *ibid.*, pág. 405.

³² *O Capital*, Vol. I, pág. 639.

³³ Cf. adiante, págs. 185-86.

licadas como a teoria da distribuição, onde é maior a necessidade. Seja o que se pense de Marx, êle pelo menos *conseguiu* fazer justamente isso — e não apenas na esfera da teoria da distribuição. Não podemos simplesmente repetir hoje os seus sucessos: os manuais “oficiais” de Economia Política marxista parecem, cada dia que passa, mais e mais antediluvianos. Mas *podemos* tentar usar o método econômico marxista geral. A visão e o método que produziram resultados tão interessantes quando aplicados ao capitalismo da época de Marx são indubitavelmente capazes de produzir pelo menos *alguns* resultados se aplicados ao capitalismo, não tão diferente, dos nossos dias.